



A BIOGRAFIA E O HISTORIADOR: PRODUÇÃO, LIMITES E NOVAS PERSPECTIVAS.

BIOGRAPHY AND THE HISTORIAN: PRODUCTION, LIMITS AND NEW PERSPECTIVES.

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

Universidade de Évora

RESUMO

Na introdução à sua extensa biografia sobre S. Luis, Jacques Le Goff escrevia “La biographie historique est un des plus difficiles façons de faire de l’histoire ». Nesta breve frase o autor sintetizava muitas das dificuldades sentidas ao longo dos 15 anos que esta biografia demorou a ser desenhada e escrita, as questões que se tinham colocado ao longo da sua elaboração, mas sobretudo os desafios que a reflexão em torno da narrativa da vida de uma personagem coloca a qualquer historiador. Tendo como quadro de fundo a discussão em torno dos limites da biografia como género histórico, o nosso objectivo não é retomar essa discussão sobre o retorno, a manutenção e mesmo sobre a proliferação da biografia em diferentes espaços, mas antes centramo-nos no caso português para, a partir dele, desenvolver uma reflexão a dois níveis. Num primeiro tentaremos equacionar a importância do registo biográfico no quadro da produção historiográfica portuguesa centrada na Idade Média e a forma como o recurso a contributos de outras áreas científicas pode contribuir para colmatar as lacunas da informação documental. Num segundo nível a nossa análise centrar-se-á no testamento, enquanto tipologia documental e fonte privilegiada na construção da narrativa biográfica, procurando acentuar os seus limites, mas também as suas potencialidades enquanto leitura filtrada de uma realidade

PALAVRAS- CHAVE: IDADE MÉDIA, BIOGRAFIA, INTERDISCIPLINARIDADE, TESTAMENTOS.

ABSTRACT

In the introduction to his biography on St. Louis, Jacques Le Goff wrote “La biographie historique est un des plus difficiles façons de faire de l’histoire ». In this brief sentence, the author summarized many of the difficulties felt over the 15 years that this biography took to be drawn and written, the questions that had arisen during its elaboration, but above all the challenges posed to any historian by the narrative register. Our aim is not to resume this discussion about the return, maintenance and even the proliferation of biography in different spaces, but rather to focus on the Portuguese case to develop an analysis on two levels. First, we will try to think the importance of the biographical record in the context of Portuguese medieval historiographic production and how the use of contributions from other scientific areas can contribute to filling the gaps in documentary information. On a second level, our analysis will focus on the will, as a documental typology and privileged source in the construction of the biographical narrative, seeking to accentuate its limits, but also its potentialities as a filtered reading of a reality.

KEYWORDS: MIDDLE AGES, BIOGRAPHY, INTERDISCIPLINARITY, WILLS.

Na introdução à sua extensa biografia sobre S. Luis, Jacques Le Goff escrevia “La biographie historique est un des plus difficiles façons de faire de l’histoire”.¹ Nesta breve frase o autor sintetizava muitas das dificuldades sentidas ao longo dos 15 anos que esta biografia demorou a ser desenhada e escrita,² as questões que se tinham colocado ao longo da sua elaboração, mas sobretudo os desafios que a reflexão em torno da narrativa da vida de uma personagem coloca a qualquer historiador. Tentando escapar ao que o autor classificou, na senda de Bourdieu, como sendo a “ilusão biográfica”³ ou seja a tentação da dar coerência e sentido a uma vida em função de um fim que o historiador conhece, o registo biográfico, enquanto género histórico, não se confronta apenas com o desafio colocado pela “globalização do sujeito” que Le Goff igualmente refere mas também com a ilusão da apreensão da personagem com que o historiador lida.

Ilusão justificada pelo carácter das fontes disponíveis e pela inevitável incapacidade de apreensão do indivíduo, situação que caucionou, para alguns autores⁴, a defesa da inviabilidade da biografia quando aplicada a personagens de períodos mais recuados e sobre os quais as fontes são raras, indirectas e muitas vezes tardias. Estes limites acrescentados pela valorização historiográfica do grupo em desfavor da leitura do indivíduo e da actuação individual, ditou, em particular a partir dos anos 60 do século XX, tal como o David Bates, Julia Crick e Sarah Hamilton realçaram⁵ uma valorização da prosopografia como metodologia, mas também como base de um questionário descrito em função dos comportamentos do grupo.⁶

Tendo como quadro de fundo a discussão em torno dos limites da biografia como género histórico, o nosso objectivo não é retomar essa discussão sobre o retorno, a manutenção e mesmo sobre a proliferação da biografia em diferentes espaços, mas antes centrarmo-nos no caso português para, a partir dele, desenvolver uma reflexão a dois níveis.

¹ LE GOFF, Jacques. *Saint Louis – Héros du Moyen âge, le saint et le roi*. Paris. Editions Gallimard. 2004, p. 180.

² Esse é o período temporal mencionado pelo autor na nota prévia à mesma obra. LE GOFF, Jacques. *Saint Louis*, p. 175.

³ BOURDIEU Pierre. « L’illusion biographique » In : *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 62-63, juin 1986. pp. 69-72; mas também Yves Clot, « L’autre illusion biographique », *Enquête* [En ligne], 5 | 1989, mis en ligne le 27 juin 2013, consulté le 20 avril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/enquete/99> ; DOI : 10.4000/enquete.99

⁴ Vejam-se as reflexões feitas por PRESTWICH, Michael. “Medieval Biography.” *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. 40, no. 3, 2010, pp. 325–346.

⁵ BATES, David, CRICK, Julia e HAMILTON, Sarah. “Introduction” in BATES, David e BARLOW, Frank, eds. *Writing Medieval Biography, 750 - 1250: Essays in Honour of Professor Frank Barlow*. Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 2006, pp. 1-13.

⁶ A bibliografia sobre difusão e utilização da prosopografia como metodologia de análise e de tratamento de dados é ampla. A título de exemplo realce-se *Aragón en la Edad Media: sesiones de trabajo. Prosopografía como método de investigación sobre la edad media*. Zaragoza: Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Arabes e Islámicos, 2006 e muito em particular os trabalhos de K. S. B. Keats – Rohan em redor do Domesday Book e os contributos inseridos na revista *Medieval Prosopography* fundada no início dos anos 80.

Num primeiro tentaremos, mesmo se de forma não exaustiva, equacionar a importância do registo biográfico no quadro da produção historiográfica portuguesa centrada na Idade Média, reflectindo sobre os diferentes perfis que estes relatos têm assumido e sobre alguns dos limites colocados pelas fontes documentais e a forma como o recurso a contributos de outras áreas científicas pode contribuir para colmatar as lacunas da informação documental.

Assim procuraremos equacionar os contributos que as análises interdisciplinares podem trazer para o estudo da vivência individual, e a forma como esta cooperação interdisciplinar pode ajudar a contornar os limites impostos pela sobrevivência documental. Em termos práticos e retomando um título feliz de Robin Fleming pretendemos questionar até que ponto é possível trazer o corpo para a biografia.⁷

Num segundo nível a nossa análise centrar-se-á no testamento, enquanto tipologia documental e fonte privilegiada na construção da narrativa biográfica, procurando acentuar os seus limites, mas também as suas potencialidades enquanto leitura filtrada de uma realidade. E fá-lo-emos a partir de um conjunto restrito de testamentos episcopais datados dos séculos XIII e XIV.

1 – AS DÉCADAS DAS BIOGRAFIAS

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas, no que respeita à produção historiográfica portuguesa, pela publicação de duas colecções de biografias. Uma dedicada aos reis portugueses e outra às rainhas. Publicadas pela mesma editora embora com diferentes coordenações científicas⁸, a abrangência e o impacto destas duas colecções, que compreenderam a totalidade das figuras régias desde Afonso Henriques a Manuel II e respectivas rainhas, trouxeram para a ribalta a discussão sobre as razões subjacentes a este aparente ressurgimento da biografia, a sua actualidade e os constrangimentos da sua produção, em particular quando centrados em períodos mais recuados. Alguns debates, outras tantas recensões e notas de leitura deram corpo a essa discussão.

O êxito editorial das publicações evidenciou, contudo, a existência de um público interessado no género, o qual ultrapassava em muito as fronteiras do mundo académico. E, no entanto, o género biográfico nunca tinha deixado de ser objecto de alguma atenção em Portugal.

⁷ Robin Fleming, “Bones for Historians: Putting the Body back into Biography” in BATES, David, e BARLOW, Frank eds. *Writing Medieval Biography, 750 - 1250: Essays in Honour of Professor Frank Barlow*. Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 2006, pp. 29-48.

⁸ A colecção de biografias dos reis portugueses foi coordenada por Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, enquanto a colecção de biografias de rainhas, publicadas alguns anos mais tarde, foi coordenada por Ana Maria Rodrigues, Manuela Santos Silva e Isabel dos Guimarães Sá. Estas duas colecções foram publicadas pelo Círculo de Leitores e reeditadas pela Editora Temas e Debates.

Figuras particulares como é o caso do Infante D. Henrique, de Nuno Álvares Pereira ou já antes do Condestável D. Pedro, foram objecto de relatos historiográficos tanto por parte de historiadores portugueses como estrangeiros.⁹ Também alguns monarcas serviram de mote a tentativas mais ou menos alargadas de biografias¹⁰ mas sem o investimento sistemático que as coleções do início deste século representaram.

A partir dos anos 90 e também à semelhança do que ocorria em outras historiografias, em Portugal a prosopografia foi sendo crescentemente utilizada tendo como base o estudo de grupos, muitos deles ligados ao clero. Esta proliferação suscitou igualmente o debate sobre o que considerar ou não como análise prosopográfica e acentuou a necessidade de esclarecer aquilo que Carvalho Homem e Judite de Freitas caracterizariam em 2001 como a diferença entre “dicionário biográfico vs catálogo prosopográfico”, referindo-se à forma de “patenteamento dos dados”, mas tendo como base a discussão em torno do recurso ao método prosopográfico.¹¹

Os autores distinguem então entre as notícias- texto e as notícias grelha, produzidas, em particular, no âmbito de trabalhos académicos mas que, apesar das dissemelhanças, se aproximavam nos objectivos ou no que então foi identificado como sendo “uma idêntica atitude intelectual”.¹² A qual se reflectia na preocupação de organizar os dados biográficos relativos a diferentes personagens, fosse de acordo com grelhas previamente definidas fosse em função de um texto narrativo atento à evolução de uma vida ou de uma carreira.

A primeira pressupunha a vantagem de homogeneizar percursos ou pelo menos de propor leituras transversais a partir de categorias previamente identificadas. A segunda opção permitia a liberdade ditada por um texto narrativo, embora quase sempre pressupusesse igualmente a existência

⁹ Entre a produção biográfica das últimas décadas destaco quatro obras publicadas em diferentes contextos. A mais antiga é a de Adão da Fonseca realizada no quadro de provas académicas. A biografia dedicada ao infante D. Henrique por Peter Russel e agora recentemente traduzida e publicada em português, retoma uma publicação original em inglês datada de 2000. As duas obras mais recentes são exemplos de como o registo biográfico continuou a atrair investigadores nos últimos anos. FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto, INIC- Centro de História da Universidade do Porto, 1982; RUSSELL, Peter. *Henrique, o navegador*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004; COSTA, João Paulo de Oliveira e. *Henrique, O Infante*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013; MONTEIRO, João Gouveia. *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do condestável*. 1a. edição. Lisboa: Manuscrito, 2017.

¹⁰ É o caso por exemplo da biografia escrita por AMARAL, Diogo Freitas do. *D. Afonso Henriques. Biografia*. Lisboa. Edições Bertrand, 2000. Obra que o autor apresentava como sendo de “reflexão e divulgação” e não de “investigação”. A partir de 2010 a Academia Portuguesa de História coordenou uma outra colecção de biografias de reis de Portugal publicada pela Editora QuidNovi, embora com um perfil mais acentuado de divulgação.

¹¹ HOMEM, Armando Carvalho, FREITAS, Judite Gonçalves de. “A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): da elaboração à exposição de dados”, *Elites e redes clientelares na Idade Média*, ed. De BARATA, Filipe Themudo, Lisboa, Edições Colibri- CIDEHUS, 2001, pp. 171-210 em particular p. 175.

¹² *Ibidem*, p. 186

prévia de um conjunto de orientações construídas como o intuito de aproximar relatos e de organizar a informação disponível.

E, ao que tudo indica, o sucesso do texto narrativo como meio de relatar, mesmo se de forma sucinta, uma vida permaneceu. Algumas obras mais recentes assumiram a colecção de pequenas biografias como meio privilegiado para estudar não apenas um grupo, mas para dar a conhecer personagens e carreiras que, de outra forma, poderiam não merecer particular atenção. A obra recente sobre *Bispos e arcebispos de Lisboa*¹³ ou a publicação, um pouco anterior, intitulada *Biografias Vimaranenses*, incluindo esta narrativas sobre personagens de diferentes períodos e que, como tal, ultrapassam o âmbito cronológico em análise,¹⁴ são apenas dois dos exemplos de publicações, díspares entre si, mas que reúnem conjuntos de pequenas biografias, organizadas, como é claro, em função de diferentes critérios.

A necessidade de reflectir sobre os limites da biografia como género histórico mantêm-se, pois, e tanto mais quando o relato biográfico, mais ou menos extenso, permanece como um género privilegiado por públicos mais amplos, colocando, em paralelo, o problema da divulgação e da transmissão do conhecimento histórico.

Questão que se torna mais premente quando, como já foi referido acima, a biografia se centra em séculos recuados e logo tendencialmente em personagens centrais da história e do imaginário histórico de um território. Biografar um monarca é sempre um desafio e obrigatoriamente um diálogo com estereótipos, ideias feitas ou tão só com leituras ideológicas de um passado. Mas é igualmente lidar não apenas com a rarefacção das fontes mas, sobretudo, com as características dessa documentação, algo que conduziu José Mattoso a escrever na introdução à sua biografia de Afonso Henriques que “não se pode, portanto, praticar história narrativa medieval sem reflectir sobre a própria legitimidade de tal projecto, sobretudo para os primeiros séculos da Idade Média portuguesa”¹⁵ e que lhe permitia concluir, ainda na mesma introdução que o resultado obtido se parecia ou lhe parecia “ com o da reconstrução de uma casa arruinada por um ou vários terramotos, e que se tenta refazer, sem ter a certeza de conseguir reencontrar a traça primitiva”.¹⁶

Traça que se confunde com as dificuldades inerentes à apreensão possível do personagem a biografar por entre uma documentação coeva preocupada com a memória ou com a simbologia da acção e do trajecto de uma personagem e por leituras marcadas pela apropriação ou reconfiguração

¹³ FONTES, João Luis Fontes (dir) . Coord. de GOUVEIA, António Camões, ANDRADE, Maria Filomena e FARELO, Mário. *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, 2018.

¹⁴ *Biografias Vimaranenses*. Guimarães, Fundação Cidade de Guimarães, 2012.

¹⁵ MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. 1. ed. Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, p. 9.

¹⁶ *Ibidem*, p. 15

dessa memória, mas não com o seu registo pessoal. Ou tal como Maria Helena Coelho referiu no início da biografia de D. João I, outro rei fundador, mas desta feita da segunda Dinastia: “No decurso do tempo a sua figura renasce constantemente, ao sabor das mais variadas circunstâncias e dos mais evidentes aproveitamentos políticos. Mas não é a mesma”.¹⁷

Desta forma, a esfera do privado, que levou Janet Nelson a perguntar “Did Charlemagne have a private life?”¹⁸ não era objecto da preocupação dos historiadores medievais e as fontes sobreviventes, mesmo se de âmbito administrativo, registavam uma acção, uma atitude, se tanto um intuito, mas não as emoções ou os traços pessoais de quem estava na base da sua promulgação.

Desta forma biografar um personagem assume-se como uma construção frágil, sem dúvida, tal como José Mattoso realçou, tanto mais quando essa biografia é feita a partir de reconfigurações ideológicas e de relatos construídos.

E mesmo aqueles documentos que tradicionalmente os historiadores da Idade Média consideram mais eloquentes no que respeita à disponibilização de informação sobre o trajecto pessoal e as redes familiares e de amizade, e falo em particular dos testamentos, colocam inevitáveis questões sobre as suas condições de produção e fixação e logo do teor de informações que fornecem, como adiante veremos.

2- O OLHAR DOS OUTROS? OS CONTRIBUTOS DA INTERDISCIPLINARIDADE

Na análise que Teresa Fernandes dedicou à comunidade medieval de S. Miguel de Odrinhas a autora constatou a rarefação de mobiliário funerário na maior parte das sepulturas analisadas, na linha de uma “morte despersonalizada” comum em particular para grupos sociais menos favorecidos.

Assim, os exemplos mais importantes da existência de mobiliário funerário reportavam-se a numismas curiosamente depositadas nas mãos de dois jovens: um com cerca de dez anos e outro com cerca de quinze. No primeiro a moeda encontrava-se envolvida em tecido. No segundo um ceutil de Afonso V encontrava-se apenas depositado na mão.¹⁹

A aparente singularidade do gesto não corresponde a mortes singulares. Em Odrinhas, à semelhança do que acontecia em outros espaços, a mortalidade infantil e mesmo na adolescência era

¹⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I: o que re-colheu «Boa Memória»*. Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 10.

¹⁸ NELSON, Janet L.. “Did Charlemagne have a private life?” in BATES, David, e BARLOW, Frank eds. *Writing Medieval Biography, 750 - 1250: Essays in Honour of Professor Frank Barlow*. Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 2006, pp. 15-28.

¹⁹ PEREIRA, Maria Teresa Fernandes da Rocha. *A População medieval de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) . Caracterização Biológica*. Dissertação de Doutoramento em Biologia, Universidade de Évora, 2008, pp. 32-33.

elevada. Se os primeiros anos de vida eram particularmente violentos, tal como acontecia em Tomar ou em Serpa, muito em particular quando era ultrapassada a fase da amamentação,²⁰ a verdade é que a mortalidade acometia igualmente a população jovem.²¹

O significado do gesto não se explica, pois, pela estranheza da morte aos dez ou aos quinze anos.

Poderá, sem dúvida, corresponder a uma prática difundida, mas a par do significado religioso que a presença da moeda na mão do defunto evidencia, cabe aqui destacar antes o acto que subjaz, ou seja, o acto individual de colocar uma moeda na mão dos jovens falecidos. Escapar-nos-á para sempre a identificação de quem teve a iniciativa, mas não será demais supor que, em pleno século XV, quem depôs o ceitel de Afonso V no túmulo, o colocou de forma a facilitar a passagem para um outro mundo.

Uma simples acção que possivelmente foi acompanhada por outras cerimónias, estas bem mais formais, de intercessão pela alma do defunto, as quais compunham a realidade multifacetada que marcava a morte e o culto que se desenrolava em torno do final da vida, mesmo em pequenas comunidades rurais.

A singularidade desta ação, que pouco ou nenhum documento escrito revela, é apenas um dos muitos exemplos da complementaridade de informações que os estudos inter e multidisciplinares nos permitem.

Se os dados antropológicos e as análises paleodemográficas permitem estimar sexo, patologias e idade de óbito, a composição geoquímica dos ossos e dentes está ligada à natureza e localização dos produtos ingeridos. Assim a análise dos dentes reflete a composição da dieta dos primeiros anos de vida, enquanto a composição geoquímica dos ossos reflecte a dieta dos últimos anos de vida, ou seja, prévios à sua morte.²²

²⁰ RELVADO, Cláudia, “*Crescer num Tomar medieval. Estudo paleobiológico de uma amostra osteológica de indivíduos não adultos da necrópole medieval/moderna de Santa Maria do Olival, Tomar*. Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humana, Coimbra, 2015, p. 22 e CARVALHO, Liliana Veríssimo. *Um novo olhar sobre as crianças de Serpa. Nova abordagem metodológica aplicada em 25 crianças de Serpa medieval*. Dissertação de mestrado em Evolução e Biologia Humana, Universidade de Coimbra, 2012, pp. 51-52. Tanto em Tomar como em Serpa, a partir de amostragens de diferente dimensão, as conclusões vão no sentido da existência de uma elevada mortalidade até aos 7 anos. Números que atingem os 65% em Tomar e 84% em Serpa, mas com especial concentração na chamada segunda infância, ou seja, no período após a amamentação.

²¹ PEREIRA, Maria Teresa Fernandes da Rocha. *A População medieval de S. Miguel de Odrinhas*, pp. 74 -97 sobre a determinação da idade à morte e comparação dos valores e grupos etários.

²² POLET, Caroline, e ORBAN, Rosine. *Les dents et les ossements humains: que mangeait-on au Moyen Age? Typologie des sources du Moyen Age occidental*, fasc. 84. Turnhout, Belgium: Brepols, 2001.

O estudo dos ossos e dos dentes permitem-nos, pois, comparar esperanças de vida, estabelecer padrões de doenças, analisar a composição das dietas alimentares e a sua influência no crescimento e adicionalmente inferir circuitos de mobilidade.

Falamos de uma sociedade onde a média de crescimento era lenta e a disparidade entre a idade esquelética e a idade ditada pela erupção dos dentes parece aumentar ao longo dos anos.²³ E, no entanto, algumas comunidades pareciam sair-se melhor nos níveis de mortalidade infantil do que outras.²⁴

Doenças infecciosas bem como deformações resultantes de traumas afectavam grande parte das comunidades, denunciando más condições de higiene, dificuldades de nutrição, mas também a prática de esforços manuais desde idades precoces.

Algumas destas deformações poderiam ser incapacitantes, implicando apoio na manutenção de quem delas sofria e denunciando aquilo que Eugénia Cunha referiu como sendo a prática da compaixão²⁵ em sociedades onde as emoções, nomeadamente a dos grupos que não produziam documentação, raramente deixaram rasto.

A pergunta que subjaz a esta explanação reside, como é claro, sobre como se entrelaçam estes dados com a biografia e com os desafios que o registo biográfico coloca ao historiador.

Ao contrário do que acontece em outros países os estudos sobre necrópoles e espaços de inumação medievais, onde o material osteológico é normalmente recolhido, são ainda relativamente raros em Portugal, em especial quando comparados com os estudos que incidem sobre comunidades de períodos anteriores. A arqueologia medieval tem tardado a ser vista como uma área de investimento prioritário, tal como tem tardado o cruzamento sistemático dos contributos dos dados arqueológicos com os dados dos historiadores, o que dificulta a formulação de questionários que permitam interpretar e enquadrar os dados fornecidos pela arqueologia.

Nas últimas décadas a inclusão das análises paleo e geoquímicas aumentou o índice de informação disponível e tornou ainda mais premente a definição de questionários ancorados na

²³ “O acréscimo na diferença entre as idades dentárias e esqueléticas com o aumento da idade traduz o carácter cumulativo dos stresses fisiológicos que ocorreram durante a vida do indivíduo”. RELVADO, Claudia, *ob.cit.*, p. 34 e p. 22.

²⁴ Veja-se a tabela 6.14 publicada por PEREIRA, Maria Teresa Fernandes da Rocha. *A População medieval de S. Miguel de Odrinhas*, p. 94 onde compara proporção de adultos e não adultos em diferentes séries portuguesas.

²⁵ CUNHA, Eugénia. “Compassion between humans since when? What the fossils tell us”, *Etnográfica*. Outubro de 2016. 20(3), pp. 653-657.

história e que permitam compreender os dados fornecidos por estas análises num quadro mais amplo de desenvolvimento das sociedades e comunidades medievais.

Informações que muitas vezes complementam ou suprem lacunas documentais permitindo-nos conhecer melhor não apenas as condições materiais da vida das comunidades, mas também apreender traços de religiosidade e de comportamento. Situação que assume uma particular importância quando lidamos com figuras sobre as quais a documentação é mais abundante, mas acerca das quais os elementos fornecidos por outras disciplinas podem ajudar a compreender melhor o enquadramento da sua evolução e as contingências físicas e naturais a que estavam sujeitas.

Assim, a caracterização do quadro material e das condições de saúde e de nutrição das comunidades em que estas figuras se inseriam não deixa de ser igualmente importante no momento de construção de uma narrativa biográfica.

As condições de enterramento, em sepultura isolada, por exemplo, quando a prática reenviava para a realidade das sepulturas partilhadas ou sucessivamente reutilizadas, pode constituir um indício sobre o estatuto do defunto. Da mesma forma que o material inumado a par ou disperso em redor, pode indiciar ocupações profissionais ou tão só a presença de práticas religiosas como a inclusão dos numismas na mão dos jovens defuntos evidencia.

A análise osteológica pode denunciar fracturas e traumas permitindo a identificação das actividades profissionais exercidas e sobretudo o impacto que essas actividades tinham no corpo, como acontece no caso dos guerreiros²⁶. Noutros a comparação de estaturas permite equacionar a validade da imagem marcada pelo domínio da pequena estatura no contexto medieval e a defesa de uma acentuada heterogeneidade, cuja explicação implica a conjugação de diferentes critérios, mas que evidencia a multiplicidade do mundo medieval e as acentuadas diferenças entre comunidades.²⁷

Já o estudo dos dentes, como acima referimos, pode permitir a apreensão de mobilidades geográficas, mas revela igualmente problemas e diferenças de nutrição. A difusão de estudos

²⁶ SANTOS, Ana Luísa, UMBELINO, Cláudia. “os militares da reconquista cristã. Dados antropológicos sobre o passado medieval e muçulmano de Évora”. *Cenáculo. Boletim on-line do Museu de Évora*. Dezembro 2007, nº 2, pp. 3-16: SANTOS, Ana Luísa, UMBELINO, Cláudia, GONÇALVES, Ana, PEREIRA, Fátima Dias. “Mortal combat during the medieval Christian reconquest in Évora, Portugal”, *International Journal of Osteoarchaeology* 1998. 8 : 454–456 (1998) e MACROBERTS, Rebecca, DIAS, Cristina, MAURER, Anne France et al. “Diet and mobility during the Christian conquest of Iberia: The multi-isotopic investigation of a 12th–13th century military order in Evora, Portugal, *Journal of Archaeological Science: Reports*.2020, vol. 30.18 pg.

²⁷ STECKEL, Richard H. “New Light on the ‘Dark Ages’: The Remarkably Tall Stature of Northern European Men during the Medieval Era.” *Social Science History*, vol. 28, no. 2, 2004, pp. 211–229. e FLEMING, Robin, *ob. Cit*, e a discussão em torno da variabilidade das condições no campo e na cidade ao longo da Idade Média.

comparativos entre necrópoles urbanas e rurais permitir-nos-á, num futuro próximo, compreender melhor as diferenças motivadas pelo desenvolvimento urbano em particular no final da Idade Média.

Todos estes dados podem completar um quadro que a documentação teima, muitas vezes, em manter lacunar e que o historiador pretende compor na ânsia de construir uma narrativa.

Mas no quadro da narrativa biográfica, raro é o historiador que não recorre ao testamento, quando ele existe, como fonte central do seu estudo.

Ciente da importância das informações que esta tipologia documental integra o historiador não raramente olha para o testamento como o documento que mais o “aproxima” do indivíduo que outras fontes não permitem conhecer .

E, no entanto, o testamento não é o relato de uma vida nem a autobiografia que muitos gostaríamos de ler.

3. O OLHAR DO PRÓPRIO? O CASO DOS TESTAMENTOS EPISCOPAIS

Ditados pelos testadores, perante testemunhas e registados por tabeliães, os testamentos seguiam, na hora da sua fixação por escrito, uma organização previamente definida, à qual os tabeliães davam forma, conferindo assim ordem ao discurso do testador.²⁸

Desta forma, o registo escrito testamentário não reflecte, regra geral, o percurso discursivo do seu autor, cuja evolução nos escapa por completo, nem mesmo a valorização dada pelo testador aos destinatários que favorecia com as suas doações ou às diferentes partes que compunham o documento, mas antes os modelos tabeliônicos que enformavam a documentação produzida por aqueles que tinham a fé pública.

A passagem de um relato oral a um registo escrito tem, assim, implicações. E uma delas é, sem dúvida, a perda do percurso discursivo em favor de um modelo de organização do discurso de acordo com parâmetros tabeliônicos.

Assim, tal como outras fontes, o testamento é também um texto filtrado. Filtrado pela escrita, filtrado pela pressão social, filtrado pelo ambiente cultural. Desta forma, lidar com o testamento

²⁸ Quando feito na proximidade da morte a partilha dos bens e o registo das últimas vontades integrava-se nas cerimónias de despojamento e de preparação da passagem tal como o relato da morte de Guilherme, o Marechal por G. Duby evidencia. DUBY, Georges, *Guilherme, o Marechal. O melhor cavaleiro do mundo*. Lisboa. Gradiva, 1986, pp. 7-15.

implica sempre desconstrução e uma análise atenta às suas condições de produção e aos limites dessa mesma produção.

O testamento é, de certa forma, um arquivo de vontades finais e ao mesmo tempo o elemento de um arquivo maior, e é nessa perspectiva que deve ser olhado.

Dito isto o testamento não deixa de nos dar acesso a um conjunto de informações que, de outra forma, desconheceríamos. Ele faculta-nos conhecimento sobre as redes familiares e clientelares nas quais o testador se integrava, informa-nos sobre a hierarquia e a valorização individual das instituições religiosas contempladas por dádivas, elucida-nos sobre os espaços de sepultura. Mas mais do que uma religiosidade individual, o testamento reflecte modelos de religiosidade impostos pelo grupo no qual o testador se insere ou um policentrismo religioso ditado pela geografia de residência.

Não sendo obrigatoriamente redigido na altura da morte, nem mesmo num contexto de doença, o testamento revela um pensamento sobre a morte de si próprio e sobre os limites da morte individual. Ele prepara a passagem, mas procura igualmente agir e intervir num futuro do qual o testador já não participará.²⁹

Não é surpresa nem original afirmar que a prática testamentária se manteve, ao longo da Idade Média, como uma prática destinada apenas a alguns. Só testava quem tinha algo a testar, fossem nobres, clero ou grupos ligados ao poder concelhio ou ao comércio. Mas também só testava por escrito quem tinha acesso ao registo escrito. E se esta parece ser uma prática relativamente comum em contextos urbanos onde a presença de tabeliães assegurava a elaboração do registo escrito, a verdade é que, no mais, ou seja, fora dos contextos urbanos, a sucessão e a partilha dos bens se devia manter como algo ainda dependente da oralidade e da aceitação tácita da memória comunitária.

²⁹ O testamento enquanto fonte para o estudo do culto e das práticas em redor da morte ganhou importância ao longo dos anos 80 do século passado, nomeadamente no contexto da historiografia francesa e após a publicação em 1980 da tese de Jacques Chiffolleau sugestivamente intitulada *La Comptabilité de l'au-delà*. Embora o estudo das práticas em redor da morte tivesse já os seus historiadores com realce para P. Ariés mas também para M. Vovelle, a verdade é que J. Chiffolleau, ao partir de um núcleo particularmente sugestivo de testamentos oriundos da região de Avinhão, estabeleceu um modelo de análise tomando o testamento como um reflexo das práticas sociais mas também dos movimentos de migração entre o campo e a cidade. O modelo então explanado e retomado em diferentes artigos embora tivesse, nos anos seguintes, sido objecto de algumas críticas e reticências por parte de diferentes historiadores não só colocou a ênfase no estudo da morte enquanto objecto historiográfico válido não apenas para aferir das práticas religiosas, mas também das redes e das formas de organização social e parental em contextos urbanos, como afirmou a importância do testamento enquanto fonte. Um ponto de situação, incluído num artigo de Manon Durier e datado de 2013, sobre as teses de 3º ciclo feitas em França a propósito do culto dos mortos e das práticas funerárias, revela bem a permanência da importância dos testamentos enquanto base documental.

CHIFFOLEAU, Jacques. *La comptabilité de l'au-delà: les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age, vers 1320-vers 1480*. Rome : Paris, École française de Rome ; Diffusion de Boccard, 1980. DURIER, Manon. « La mort, les morts et les pratiques funéraires au Moyen Âge : bilan historiographique des thèses de 3e cycle françaises (1975-2011) ». *Annales de Janua : Actes des journées d'études*, Université de Poitiers, 2013, n.p. ffhalshs-01211600.

No caso dos testamentos episcopais que aqui nos servem de estudo de caso cabe realçar que, tal como acontecia com qualquer fiel, também o bispo devia, no final da sua vida ou quando a idade se aproximava, registar por escrito as suas últimas vontades.

O universo considerado incorpora cerca de 16 testamentos redigidos por bispos de diferentes dioceses portuguesas e compreendidos entre a segunda metade do século XIII e o final da primeira metade do século XIV. Estes encontram-se, na sua maior parte, publicados na obra *Testamenti Ecclesiae Portugaliae*, a qual recolhe testamentos do clero secular português até 1325,³⁰ completados por uma instituição de capela publicada por Maria Helena Coelho.³¹

Em termos de cronologia política estes bispos exerceram as suas funções no decurso de um período que cobre os reinados de Afonso III, Dinis e o início do governo de Afonso IV.³²

Muitos deles desempenharam, antes da sua subida a bispo ou enquanto usufrutuários desse estatuto, funções junto ao rei, facto de que os próprios testamentos nos dão conta em alguns casos,

³⁰ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord). *Testamenti Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325..* Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2010.

³¹ COELHO, Maria Helena. “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir” in *Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Actas*. Braga. Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Teologia Braga /Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462.

³² O grupo em análise inclui os seguintes preladados e testamentos:

1255	D. João Viegas, arcebispo de Braga	arcebispo Braga	testamenti, p.101-107
1271	D. Martinho Geraldês	arcebispo Braga	Testamenti, p. 132-144
1253	D. Pedro	bispo de Viseu	Testamenti, p. 610-611
1258	D. Aires Vasques	bispo de Lisboa	Testamenti, p. 515-517
1260	D. Julião Fernandes	bispo do Porto	Testamenti, p. 532 - 536
1268	D. Egas Fafes	arcebispo de Compostela e bispo de Coimbra	Testamenti, p. 299-316
1293	D. João Martins de Soalhães	Cónego Coimbra, bispo de Lisboa e arcebispo de Braga	Testamenti, p. 342-348
1296	D. Vicente Mendes	bispo do Porto	Testamenti, p. 552 -556
1298	D. Sancho Peres	bispo do Porto	Testamenti, p. 557 -566
1301	D. Pedro Martins	bispo de Coimbra	Testamenti, p. 372-379
1305	D. Fernando Martins	bispo de Évora	Testamenti, p. 480 - 484
1306	D. Martinho Pires de Oliveira	arcebispo Braga	Testamenti, p. 194-203
1307	D. Geraldo Domingues	bispo do Porto	Testamenti, p. 566-568
1318	D. Estevão Eanes Brochardo	bispo de Coimbra	Testamenti, p. 401 - 408
1311	D. Vasco Martins de Alvelos	bispo da Guarda	Testamenti, p. 492-494
1324	D. Raimundo Ébrard I	bispo de Coimbra	Testamenti, p. 466 -469
1334	D. Gonçalo Pereira	arcebispo de Braga	Coelho, 1990

nomeadamente quando o bispo testador invoca o rei como protector e garante do cumprimento das suas últimas vontades ou antes como destinatário de orações e de celebrações por alma.

Porque, na verdade, o momento de elaboração de um testamento era para o bispo, tal como para outro fiel com condições de testar, um momento de lembrança, de organização e de planificação.

De lembrança daqueles que o tinham acompanhado e que ele previa que lhe sobrevivessem ou que, pelo contrário, tinham já falecido. Como elo entre o passado e o presente e laço entre os mortos e os vivos, no testamento cabia a lembrança dos que tinham partido, muitas vezes os pais ou parentes ascendentes, mas também daqueles que o tinham servido.

Entre a família invocada os pais ocupam um lugar primordial. É deles que a maior parte dos prelados fala quando institui aniversários pelos seus familiares.

O círculo familiar compreende frequentemente outros familiares com percursos próximos. O testamento de Martinho Pires de Oliveira é disso exemplo particular ao impor a celebração de um aniversário por alma de seu tio, também ele chamado D. Martinho, o qual foi bispo de Évora e figura tutelar do percurso de seu sobrinho.

Mas a reconstituição dos círculos da lembrança coloca a ênfase sobre a importância dos servidores e dos oficiais que rodeavam os bispos. A dimensão da “família” episcopal tende a crescer no decurso da baixa Idade Média, fruto da crescente complexidade das estruturas administrativas episcopais, mas também da crescente especialização dos ofícios domésticos.

Estes dois processos redundam num aumento substancial do número de servidores invocados nos testamentos, embora em muitos casos eles não sejam mais do que nomes, sem uma clara identificação das funções desempenhadas.

Referências expressas a doações feitas a “todos os seus clérigos” ou a “todos os seus servidores” ou “familiares”, incluindo nesta última identificação não os familiares de sangue, mas aqueles que constituíam a sua família alargada, sem qualquer especificação do número ou da dimensão, pontuam muitos dos testamentos.

À partida as relações de dependência estruturavam estes conjuntos, mas mesmo estas nem sempre são identificadas.

Quando referidos, os nomes sem mais predominam e, só em alguns casos, referências adicionais permitem avaliar o trabalho ou a função desempenhada. E nestes casos dominam os ofícios

domésticos como eichão, escanção ou cozinheiro, ou a alusão simples a criadas e servidores ou até mesmo a sarracenos. A par é mencionado o desempenho de algumas funções, como as de procurador na cúria, alcaide e sobretudo de capelão. Com efeito quase todos os testamentos fazem alusão a capelães próprios ou a clérigos privados que surgem como destinatários privilegiados de doações.

Noutros casos as referências identificam laços de dependência e de clientelismo. São familiares, clientes ou apenas servidores que os bispos contemplam com somas mais ou menos significativas em dinheiro ou apenas com a dádiva de roupas ou mesmo de cereal.

De forma mais curiosa surgem também oficiais régios como destinatários de doações como acontece no testamento de Aires Vasques, bispo de Lisboa, o qual contempla os almoxarifes de Lisboa e de Santarém, exemplo casuístico da amplitude possível do quadro de relações de um bispo.

Se a elaboração do testamento era um momento de lembrança de todos aqueles que tinham acompanhado o prelado, ele era também um momento de organização dos bens que eram legados, de regularização dos assuntos pendentes e de planificação de um futuro no qual o testador não estaria presente.

Desta forma, a definição da sucessão dos bens imóveis dentro da família de sangue implicava, regra geral, a identificação detalhada dos herdeiros, mas também a definição das linhas alternativas de sucessão quando uma linha familiar se extinguisse.

Disso nos dá conta Martinho Pires, exemplo privilegiado que aqui consideramos, o qual detalha, com imenso pormenor, as diferentes vias alternativas de sucessão que o seu morgadio podia seguir.

A constituição de vínculos era aliás uma prática relativamente corrente entre os prelados de final do século XIII e início do XIV. Para tal concentravam uma parte dos seus bens imóveis na sucessão de um irmão ou sobrinho, descrevendo as linhas sucessórias que esse vínculo poderia seguir e obrigando a que este fosse mantido integralmente na posse da sua família.

Em caso de extinção desta ou das linhas que o testador aceitava como legítimas, a igreja surgia sempre como uma instância de refúgio e de segurança no cumprimento das condições às quais o vínculo estava submetido.

Este detalhar de informações procurava obviar à existência de problemas futuros e às possíveis reivindicações por parte de outros parentes do direito à sucessão.

Mas elaborar um testamento significava também arrumar ou resolver problemas pendentes.

Não raras vezes os prelados iniciavam os documentos de últimas vontades invocando a necessidade de emendarem malfeitorias e corrigirem desmandos. Para tal pediam reiterados perdões a Deus e à virgem e procuravam, a par, corrigir assuntos que no futuro poderiam colocar em causa a saúde da sua alma.

Entre eles ressaltam as dívidas.

A preocupação com o pagamento das dívidas pendentes é algo que perpassa quase todos os documentos episcopais.

Dívidas a outros clérigos, dívidas a mercadores, dívida a particulares. Em alguns casos elas podiam atingir somas não muito importantes. Noutros casos elas surgem como particularmente volumosas e significativas deixando entrever um sistema de empréstimo de alcance pouco conhecido.

Tal é o caso de Vasco Martins de Alvelos, bispo da Guarda, devedor de largas somas, mas também credor de outras menores dívidas.

Mas se este parece ser um caso particular pela sua dimensão a verdade é que as dívidas parecem ser algo que atravessa todos os testamentos revelando uma prática comum que poderiam, em alguns casos, colocar mesmo em risco a sobrevivência dos patrimónios ou fazer perigar os patrimónios eclesiásticos, nomeadamente quando as dívidas contraídas pelos bispos recaiam sobre as próprias igrejas.

Mas a planificação de um futuro do qual o testador estaria ausente não se restringia à definição da sucessão dos bens ou à preocupação com o pagamento das dívidas contraídas.

Tudo o acima exposto ligava-se estritamente à definição de uma memória familiar ou restrita ao âmbito da sua família e clientela alargada.

Mas o testamento era também um documento que se preocupava com a imagem pública e futura do defunto. A este título duas ações ganham proeminência. São elas a escolha da sepultura e as cerimónias a celebrar no pós- morte.

E são em torno delas que o testamento representa não um ponto de chegada, mas antes um ponto de partida para um tempo cuja duração era bastante mais questionável e impossível de prever.

Na verdade, não obstante todas as estratégias delineadas pelo homem medieval visando que a sua memória permanecesse entre os vivos ou pelo menos entre as orações dos vivos, a verdade é que a profusão de pedidos, a má administração dos bens vinculados, a desvalorização monetária ou tão só a extinção familiar eram factores que faziam perigar ou mesmo ditavam o desaparecimento das celebrações.

Qualquer cotejo entre dois livros de aniversários e obituários oriundos da mesma instituição e produzidos em datas sequenciais dá-nos uma ideia do aumento e ao mesmo tempo da eliminação drástica de pedidos, fazendo da celebração dos aniversários por alma uma prática limitada no tempo e de muitos testamentos pouco mais do que pretensões virtuais de reduzido alcance temporal.

É verdade que os nossos protagonistas estariam entre os que menos sofreriam os efeitos da erosão do tempo e do esquecimento.

Mas também de eles os obituários se viriam a esquecer à medida que o tempo passou e novos pedidos foram ocupando os lugares antes preenchidos.

De qualquer forma a multiplicação do número de aniversários, de missas e da recitação de orações foi uma realidade para os grupos sociais com maior capacidade económica. Eles constituíam um elemento essencial da construção da memória individual transmitida para a comunidade.

Estas celebrações cíclicas eram, a par do sepulcro, a expressão viva da memória individual preservada e expressava a vontade daquele que morria em ficar presente na comunidade que tinha integrado.

Neste quadro a sepultura era quase sempre objecto de uma particular atenção.

Não raras vezes ocupava logo as primeiras linhas de um testamento passada a invocação celeste ou a arenga na qual o eclesiástico assumia a sua fé e confessava a sua fraqueza. Tal como outros aspectos da morte a sepultura não resultava apenas de uma vontade individual.

Tal não era verdade para os laicos tal como não era verdade para os eclesiásticos.

No caso dos bispos a escolha do lugar de sepultura privilegiava muitas vezes o local, ou seja, a diocese onde se encontravam na altura da redação do testamento e na qual pressupunham que viriam a morrer. Mas podiam, por vezes, voltar ao espaço de uma anterior diocese onde tinham estado ou de onde eram oriundos ou escolher uma igreja com ligações familiares.

Com efeito, esse não era algo que fosse deixado ao acaso ou nem mesmo na mão dos testamenteiros.

A escolha do local, o modelo de chão ou alçado, a iconografia quando necessária eram aspectos aos quais os testadores eclesiásticos davam uma particular importância e do qual dispunham ainda em vida.

Estas são apenas algumas das informações que um testamento nos proporciona. O perfil privado que elas parecem denotar fazem do testamento, como acima referimos, um documento que parece “aproximar” o historiador do biografado e parece inserir-se de forma privilegiada no registo narrativo.

Mas tal como G. Duby realçava na sua obra sobre *Guilherme, o Marechal*, a morte não era um acto privado. Tal como não o era a memória que o testador pretendia que se mantivesse.

E o testamento é, na sua organização interna, na hierarquia que estabelece entre doações, dando prioridade às doações religiosas antes das ofertas feitas a servidores, no laconismo das emoções que caracterizam o acto de doar e de partilhar o património, um elemento central desse cerimonial de preparação.

Ter isso em conta é essencial quando o historiador é tentado pelo registo biográfico.

Porque a biografia é, sem dúvida, uma das maneiras mais difíceis de fazer história, mas também porque a biografia dificilmente conta ou narra a história de uma vida.

Mas será esse o objectivo do historiador?